



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

A PRECARIZAÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO E O IMPACTO NO COTIDIANO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO ENFRENTAMENTO A COVID-

19

JULIANA GARCIA DE BRITO DE LIMA E SILVA ¹
YASMIM NASCIMENTO TONELLI ²
FERNANDA DOS SANTOS DA COSTA ³

RESUMO

O presente artigo trará reflexões críticas sobre a precarização no mundo do trabalho e os impactos no exercício profissional da classe trabalhadora do assistente social no contexto da atual crise sanitária brasileira. O trabalho apresentado é resultado da análise de dados coletados no Projeto de Extensão “Cuidar de quem cuida: acolhimento e formação de assistentes sociais da linha de frente da Covid 19” promovido pela Universidade Federal do Mato Grosso- UFMT. O projeto durante os anos de 2020 e 2021 e contou com a participação de assistentes sociais de várias cidades e estados brasileiros atuantes em diversificados campos profissionais.

1 Estudante de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica-sp

2 Profissional de Serviço Social. Serviço Social Do Comércio

3 Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual De Londrina

Palavras-chave: Assistentes Sociais; Precarização; Covid 19; Projeto de Extensão; Trabalho.

ABSTRACT

The present article will bring critical reflections hereof precariousness in the world of work and the impacts on the professional practice of the working class of the social worker in the context of the current Brazilian health crisis. The work presented is the result of the analysis of data collected in the Extension Project "Caring for those who take care: reception and training of social workers on the front line of COVID 19" promoted by the Federal University of Mato Grosso-UFMT and this project took place during 2020 and 2021 and had the participation of social workers from several Brazilian cities and states who work in multiple professional areas.

Key-words: Social Workers; Precariousness; COVID-19; Extension Project; Work

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto de debates realizados por um grupo de profissionais assistentes sociais participantes do Projeto de Extensão "Cuidar de quem cuida: acolhimento e formação de assistentes sociais da linha de frente da Covid 19", promovido pelo Departamento do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Mato Grosso nos anos de 2020 e 2021.

Com base em estudos bibliográficos e análises de dados coletados durante a participação dos assistentes sociais no referido projeto, este artigo apresenta uma discussão acerca da intensificação da precarização do trabalho e a crescente

devastação do exercício profissional.

Assim, em sua estrutura textual, o artigo traz os impactos sofridos pelos participantes do Projeto de Extensão em seu cotidiano profissional durante o trabalho desenvolvido na linha de frente.

No ano de 2021, algumas análises de dados foram realizadas e organizadas de forma quantitativa e qualitativa. Destaca-se que se tratavam de assistentes sociais de diversas cidades e estados que contribuíram trazendo várias características que abrangeram desde seus perfis à avaliação sobre seu trabalho na linha de frente no contexto da pandemia.

De forma geral, na metodologia de análise utilizada para a interpretação destes formulários, procurou-se por uma sistematização interpretativa dos textos, de modo que houvesse uma aproximação das respostas dos participantes ao tema geral proposto. Houve também a finalidade de associar tais dados às referências bibliográficas de alguns autores escolhidos, considerando a relevância destes na produção teórica e de estudos que embasam sobre o tema da precarização do trabalho em tempos de crise.

2. OS IMPACTOS NO COTIDIANO PROFISSIONAL DA CLASSE TRABALHADORA DO ASSISTENTE SOCIAL NO CONTEXTO DE ENFRENTAMENTO A COVID-19

A crise estrutural do capitalismo acirrou a desigualdade social, trazendo impactos no âmbito econômico, cultural e social. As consequências são o alargamento do desemprego, baixos salários e mercantilização dos direitos sociais.

A conjuntura atual evidenciada pela pandemia denota as condições precárias de trabalho e a redução dos direitos, beirando a barbárie e, conseqüentemente, refletindo na relativa autonomia profissional.

Neste sentido, é pertinente o levantamento e análise das condições de trabalho relacionadas e a categoria do assistente social, seus vínculos empregatícios estabelecidos e as formas de intervenção desta profissão perante as

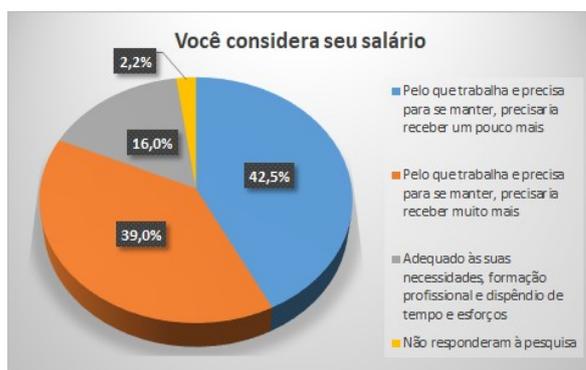
novas modalidades de trabalho impostas pelo capital.

Para tanto, no ano de 2020, o Projeto de Extensão “Cuidar de Quem Cuida: acolhimento e formação de assistentes sociais da linha de frente da Covid 19” realizou levantamentos objetivando evidenciar as condições de trabalho dos assistentes sociais participantes. Os questionários foram realizados no formato quanti e qualitativo durante o decorrer dos meses, onde utilizou-se para a coleta dos dados, formulários google aplicados de forma remota.

No mês de agosto, quando se coletaram os formulários quantitativos, o universo estava composto por oitenta e sete profissionais.

Assim, realizou-se um recorte de seis perguntas quantitativas feitas aos participantes referentes às suas condições de trabalho e, em seguida, foram elaborados gráficos para obtenção de porcentagens que deram luz a dados importantes os quais seguem:

O gráfico 1



O gráfico acima apresenta as respostas dos profissionais quando perguntado sobre como consideram o seu salário. A pesquisa revelou que 81,5% dos assistentes sociais precisam receber um salário melhor para se manterem.

Importante destacar que, no sistema capitalista tudo é mercantilizado. O capital paga pela mercadoria força de trabalho que comprou. Assim, não existe um capitalismo justo, humano e igualitário. Na relação entre o trabalho e o trabalhador, o produto não identifica quem o produziu, nem como foi realizado e em que condição,

incluindo a forma de exploração (MARX, 2017).

Gráfico 2



No que tange ao ritmo de trabalho do assistente social, o gráfico 2 revela uma parcela relevante de 40,2% dos profissionais que relataram que em razão da alta demanda e da falta de equipe de trabalho, às vezes lhes é imposto que se atenda o usuário em um tempo menor que o necessário. Outros 16% evidenciaram que a intensidade de demanda e falta de equipe de trabalho sempre impõe um atendimento rápido e, portanto, pontual. Neste sentido, Antunes destaca que a precarização estrutural subjuga o trabalho que acaba relativizando sua intervenção de acordo com a pressão institucional de metas.

O resultado dessa processualidade é que, em todos os espaços possíveis, os capitais convertem o trabalho em potencial gerador de mais-valor, o que inclui desde as ocupações, tendencialmente em retração em escala global, que ainda estabelecem relações de trabalho pautadas pela formalidade e contratualidade, até aquelas claramente caracterizadas pela informalidade e flexibilidade, não importando se suas atividades são mais intelectualizadas ou mais manuais (ANTUNES, 2018, p.31).

Gráfico 3



Já em relação às condições do local de trabalho, os dados expostos no gráfico 3 evidenciam que 61,9% dos locais de trabalho dos assistentes sociais estão inadequados, seja em razão do espaço físico ou pela ausência de equipamentos. É notório que, os impactos da pandemia afetaram os assistentes sociais, os colocando em risco na linha de frente. Estes, sem ambiente adequado para atendimento, também se depararam com a falta ou escassez dos Equipamentos de Proteção Individual- EPI's que, além disso, quando eram fornecidos, vinham sem orientações de manejo. Os estudiosos do assunto HILLESHEIM e LARA, colocam sobre a exposição dos trabalhadores neste contexto:

[...]. No contexto da pandemia, os detentores dos meios de produção escancaram os valores e a lógica da sociabilidade burguesa na medida em que a vida dos trabalhadores é relegada a um segundo plano diante da defesa da necessidade de manutenção das atividades produtivas, o que requer que grandes contingentes de trabalhadores(as) se submetam aos riscos do contágio e da morte prematura. Isso, de um lado, evidencia um fato sempre encoberto pelos capitalistas: o de que sem o acionamento da força de trabalho não se produz absolutamente nada (HILLESHEIM. J, LARA.R, 2020, p. 45).

Dentre as inúmeras dificuldades para atendimento à população, aponta-se para o fato da falta de ferramentas e equipamentos de trabalho como, por exemplo os aparelhos de celular. Mediante esta situação, verifica-se que muitos profissionais comprometidos, pressionados com as emergências para realização dos

atendimentos remotos durante o teletrabalho, utilizavam seus aparelhos celulares próprios, além de notebooks e demais recursos necessários.

Gráfico 4



Já o gráfico acima (gráfico 4), nos apresenta dados das respostas dos assistentes sociais quando perguntados sobre o seu poder de decisão profissional na instituição, evidenciando que: 47% dos assistentes sociais pontuaram não terem poder de decisão em relação aos recursos financeiros da instituição e nem sobre como organizam o seu tempo de trabalho. Uma parcela relevante de 35,6% dos profissionais revelaram, por outro lado, apenas autonomia para organizar seus horários de trabalho.

Neste sentido, Iamamoto (2010) coloca que o assistente social tem uma relativa autonomia condicionada pelas lutas hegemônicas presentes na sociedade juntamente com a possibilidade de redirecionar seu trabalho de forma distinta ao esperado pelo empregador, retratando assim interesses sociais antagônicos retratados no campo institucional.

Gráfico 5



Quando perguntado se o profissional leva trabalho para ser feito após o expediente, a pesquisa revela que 44,8% dos assistentes sociais às vezes levam trabalho para casa e 11,4% afirmaram levar trabalho para realizarem após o expediente, conforme apresentado no gráfico 5. Os dados demonstram a ideia equivocada de autonomia profissional, pois o tempo previsto para descanso é empregado para trabalho.

Em sua maioria, os dados demonstram que, o assistente social enquanto trabalhador que vende a força de trabalho tem sentido os impactos e a precarização estrutural. Isto nos alerta para um cotidiano profissional marcado pela insuficiência de recursos humanos, equipes técnicas sobrecarregadas por crescentes e diversificadas demandas, pela ausência de concursos públicos e planos de carreira, baixos salários, falta de investimentos em capacitações continuadas e, sobretudo, uma cobrança exacerbada por produtividade que contribui para o adoecimento físico e mental dos profissionais.

Gráfico 6



Quando questionados se utilizam seu salário para comprar recursos complementares a seu trabalho (ex.: roupas para usuário, papel para impressora, etc.) os participantes pontuaram: 33, 2% ou seja, aproximadamente 1/3 utiliza seu salário para comprar tais recursos complementares. Assim, a escassez de recursos corrobora para que aproximadamente 25% dos assistentes sociais utilizem parte de sua renda.

Com o isolamento social novos formatos no processo de trabalho foram adotados. As Tecnologias da Informação e Comunicação- TIC's que já eram utilizadas passaram a ser a única forma de atendimento à população. Embora a gestão de alguns serviços tenha adotado a TIC's na rotina do trabalho, tais dados nos revelam uma hipótese de que não foram disponibilizadas as ferramentas aos profissionais. Desta forma passamos a entender que tais assistentes sociais usaram seus recursos para investimentos tais como: aparelhos celulares, dados móveis e notebooks.

Assim, analisa-se que, além de subsidiar o trabalho com recursos próprios, os trabalhadores ficam à mercê do controle institucional, sendo monitorados dentro e fora do horário de expediente. Com o mercado de mídias sociais em ascensão (whatsapp, facebook, Instagram etc.) estes têm seu comportamento controlado e muitas vezes são instruídos em como comportar-se nas redes sociais em seu tempo livre, fora do âmbito institucional (REBECHI, 2012).

Talvez as medidas de restrição e controle de uso das TICs sejam, em alguns aspectos, mais rígidas quanto à tentativa de controlar a vida pessoal dos trabalhadores fora do trabalho devido a maior facilidade e agilidade que estas tecnologias imprimem à disseminação e circulação de informação. No entanto, a lógica que caracteriza as prescrições relacionadas às tecnologias de comunicação e de informação no mundo do trabalho nos parece a mesma já articulada pela dominação do capital nos processos produtivos (REBECHI, 2012, p. 238).

Para demonstrar tais graves processos de precarização do trabalho a que os participantes estavam expostos, o Projeto de Extensão aplicou questionários com perguntas abertas aos assistentes sociais do grupo que, à época, estava composto por trinta e duas pessoas. Dois destes questionamentos se destacaram dos demais em virtude da associação e relevância dos elementos trazidos junto a temática deste artigo.

Por tratar-se de questionários de coleta de dados qualitativos, trabalhou-se como metodologia de análise, a quantidade e a intensidade das principais palavras constantes nas respostas destes membros, agregando-as a outras as quais formaram-se em elementos que evidenciaram menção ao tema aqui abordado: a intensificação da precarização do trabalho e seus prejuízos ao exercício cotidiano dos assistentes sociais durante o período de pandemia.

Severino (1996 p.60) ao descrever sobre metodologia de análise interpretativa de textos, enfatiza a importância de “aproximar e associar ideias do autor expressas na unidade com outras ideias relacionadas à temática”. Assim, no ato de debruçar sobre tais questionários, baseou-se tal análise em alguns aspectos trazidos por este autor como: a validade dos argumentos apresentados nas respostas, a coerência interna da argumentação; a profundidade de análise ao tema da pergunta, a originalidade da resposta dada; o alcance das conclusões dos participantes em suas respostas e a apreciação, e consequências trazidas pelas ideias defendidas dos mesmos.

A primeira pergunta realizada que trouxe relevantes resultados qualitativos foi: “Quais são as maiores dificuldades que você tem enfrentado para materializar os serviços de qualidade, conforme os preceitos do nosso projeto ético-político?”.

Percebeu-se entre as respostas, um grande número de pessoas que, em suas narrativas escritas, utilizaram-se da palavra “falta”, sendo mencionada em vinte e um textos e com sentidos diversos. Como exemplo, a ela verificou-se a agregação da palavra “política”. Desta forma, visualiza-se que a palavra “falta” esteve associada à não implantação oficial da política pública de Assistência Social nos diversos municípios.

Conforme os relatos que seguem, observa-se que este elemento foi indicado como um dos principais fatores de dificuldade dos profissionais em materializar serviços sob os preceitos do projeto ético-político proposto pela profissão do Serviço Social:

“Falta de políticas sociais, burocracia do sistema.”

“falta de planejamento da política, entrega de cesta básica.”

“Falta de projetos e programas oficiais que atinjam as necessidades dos usuários.”

Outro viés pertinente apareceu nas respostas estando associado ao elemento “falta de política”. Trata-se, porém, da descrição da presença de possíveis interferências de uma política de cunho “partidária” (diferente do apontado nas respostas acima) ocupantes das ações de gestão que envolvem a Assistência Social, promovendo um viés assistencialista, portanto, sem comprometimento ao interesse público conforme seguem os relatos:

“A Gestão política: os funcionários comissionados, que sempre estão com o poder de decisão e geralmente não sabe como funciona os serviços (da assistência social, saúde e etc) e que geralmente não escuta os técnicos da ponta (isto numa perspectiva micro).”

“a gestão da política de assistência social não aprovou o plano municipal de assistência social e regulou os benefícios eventuais (alimentação, natalidade, funeral, moradia) ficando a critério da gestão possibilitar tais atendimento ou não, transferindo a responsabilidade do não atendimento ao profissional que está na ponta.”

"A maior dificuldade é referente a gestão da política, na qual eu atuo, a gestão ainda tem um viés assistencialista."

Outra questão relevante que aparece registrada nas respostas destes profissionais que examinou-se estar ligada ao elemento "falta" são as palavras "social" e "recurso". A palavra "social" vem intensamente acompanhada da ideia relacionada à falta de "mobilização social" dos trabalhadores como fator ligado à impossibilidade de atuação do profissional junto ao seu projeto.

"...eu, como trabalhadora da ponta, fico sem meios de orientar, acompanhar, encaminhar e incentivar a mobilização social da melhor forma ao cidadão e as famílias que me procuram..."

Já a menção da palavra "recurso" também foi vista como um elemento quando associado a palavra "falta", por aparecer em múltiplas citações que nos descrevem uma vertente já imposta ao cotidiano profissional, porém, terrivelmente ampliada e exposta pelos tempos de pandemia. Tivemos como exemplo, menções a falta de recursos como:

"capacitação, espaço, ambiente, rede, autonomia, acesso, informação, articulação..."

Destaca-se nesta análise, um único, porém, intenso e significativo elemento que apareceu na escrita de um dos (as) participantes, que mencionou o termo "assédio", ao responder tal questionamento, conforme segue:

"...; assédio moral em ambiente de trabalho, vindo de chefias e próprios colegas também é item que interfere nos serviços de qualidade pois me fez adoecer e por muitas vezes me afastar para tratamentos (o que prejudica e interfere nas ações pois o serviço fica descoberto e quando vc retorna ele está acumulado e vc não dá conta de fazer);"

Neste contexto, analisou-se sobre duas graves questões. A primeira refere-se à intensificação dos assédios morais culturalmente naturalizados, advindos de colegas e chefias nos ambientes de trabalho. Reflete-se aqui sobre um possível aumento da violência de caráter institucional que, em tempos de pandemia, poderia estar ligada ao maior uso de recursos tecnológicos nos ambientes de trabalho,

devido às jornadas remotas e em isolamento, como vimos também nos dados quantitativos supracitados. Avalia-se sobre esta hipótese mediante a evidência de que tais recursos são utilizados não somente para a efetivação do trabalho adaptado às necessidades destes tempos mas, que estes têm sido usados para cercear, vigiar e controlar informações, além de avaliar superficialmente as posturas dos trabalhadores bem como suas ações privadas e particulares através das redes sociais e dispositivos como o WhatsApp.

Em seus estudos mais recentes, Antunes (2020) debate sobre a apropriação das novas TICs- Tecnologias de Informação e Comunicação- pelo capital em tempos de crise econômica e financeira mundial como estratégia para a obtenção, reprodução e apropriação de lucros. O autor afirma que “é quase impossível, hoje, encontrarmos qualquer trabalho que não tenha alguma forma de dependência do aparelho de celular” (ANTUNES, 2020, p. 350).

Avalia-se que tal análise crítica é algo imprescindível a ser adotada nos tempos atuais pelos assistentes sociais, pois “estas mudanças não se dão somente pela incorporação de novas tecnologias, mas pela transformação das formas de produção, acumulação e organização social acessíveis pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), e desta forma, desenvolve um novo padrão de acumulação capitalista” (QUEIROZ, 2017, p. 03).

A segunda grave situação somada à questão do assédio são os agravos à saúde dos trabalhadores que supomos grave intensificação nesse período. Na escrita, isto aparece apenas no relato acima, porém de forma intensa e evidentemente clara (“...me fez adoecer...” SIC). Perante isto, avalia-se como um dado qualitativo de relevante impacto evidenciado nestes tempos. A questão do adoecimento dos profissionais é fator fortemente ligado às dificuldades de atuação junto ao aumento das demandas deste período e é resultado da grave precarização do trabalho imposta aos assistentes sociais. Novamente, enfatiza-se como as

chamadas novas TICs- Tecnologias de Informação e Comunicação- geram consequências para todos os trabalhadores assalariados e respingam diretamente no cotidiano dos assistentes sociais que participavam no projeto. Nesta nova face da precarização imposta pela era da revolução digital⁴ que fatalmente se intensificou durante este período de pandemia, os profissionais do projeto concentraram-se na execução de atividades de caráter flexibilizado e isolado. Isto implicou em riscos de saúde e afetou a própria vida deste trabalhador. Antunes (2018), ao discutir sobre esta flexibilização e adoecimento do trabalhador isolado nos alerta para questões graves envolvendo a morte através do ato de suicídio. Segundo ele, é um processo recorrente e uma expressão amarga da intensificação da precarização do trabalho por estas novas formas:

O suicídio é a expressão radicalizada da deterioração das condições de trabalho sob a vigência da gestão flexível. Ele e todo o sofrimento que o cerca encontram espaço para se desenvolver na medida em que a classe trabalhadora se vê diante de uma organização do trabalho voltada para o controle acentuado de sua atividade, sob condições em que as margens para a autonomia e o improviso, mesmo que já bastante limitadas na fase anterior do capitalismo, tenha sido gradativamente eliminadas. Uma organização de trabalho que oscila o tempo todo entre o discurso de valorização e o controle físico e mental extremados (ANTUNES, 2018, p.144).

Nesta toada SANT'ANA; SILVA (2013) afirmam que o atual contexto e a lógica perversa imposta pelo capital têm trazido esmorecimento aos profissionais, o capital ao descartar uma relevante parcela da força de trabalho reduzindo o trabalho vivo e ampliando o trabalho morto sem diminuir a demanda pelo trabalho alienado-abstrato, provoca o adoecimento da classe trabalhadora. Desta maneira a exploração vai sendo naturalizada, vista como “normal”, necessária e “inevitável”.

A segunda pergunta elaborada pelo Projeto de Extensão pela qual pôde-se realizar análise de dados qualitativos trazidos pelos participantes de forma a agregar ao tema proposto por este artigo, foi: “Na sua opinião, quais são os fatores mais relevantes para garantir a continuidade dos serviços sociais?”.

⁴Estamos vivendo a Era Digital, que se caracteriza pela mudança radical dos paradigmas da comunicação, pela maior rapidez e agilidade na propagação da informação e pela facilidade com que o cidadão comum tem expressado suas opiniões e se relacionado com seus semelhantes, compartilhando interesses e objetivos comuns, sejam eles de caráter afetivo ou profissional (MATTOS, 2013, p. 208).

Percebe-se que, referente a questão da continuidade, a palavra “estabilidade” junto a palavra “concurso” aparecem repetidas vezes nas diversas narrativas, trazendo à tona a questão das precariedades intensificadas durante o período da pandemia, no que diz respeito às relações de contratação de trabalho e vínculos empregatícios. Neste aprofundar da precarização, o avanço do ataque aos concursos públicos, como já anteriormente enfrentava-se, ficou evidente nos seguintes depoimentos escritos:

“...concurso público para garantir a estabilidade do servidor como forma de assegurar sua autonomia para desenvolver seu trabalho como promotor de direitos e não um trabalho que atenda o interesse da gestão x ou de político y... entendo que no Brasil, a proposta de reforma administrativa vem no sentido de fragilizar os serviços públicos.”

“Garantindo o caráter público, como: não acabando com a estabilidade (reforma administrativa), realizando concurso público e o financiamento da política social.”

“Investimento, qualificação de servidores, concursos públicos.”

Outro importante elemento levantado que responde a segunda pergunta, representou-se pela palavra “fortalecimento”. Ela aparece por várias vezes nos textos analisados e junto a outros termos que dão sentido a uma ideia de avanço de ações que já existem como: crescimento de movimentos sociais que trariam uma cultura de emancipação e maior controle social da população; o aumento dos vínculos familiares e melhoria das relações entre a rede socioassistencial. Tudo isso foi entendido pelos participantes como fatores importantes para a oferta de serviços continuados e de qualidade à população como veremos a seguir:

“Fortalecimento dos serviços já existentes.”

“A cultura política importa no processo de emancipação social e política. A sociedade civil tem o papel de construir ações sociais coletivas de caráter social e político que viabilizem várias formas da população se organizar e expressar as suas demandas. Por isso, a participação social é essencial para construção da cidadania, bem como, para o fortalecimento dos movimentos sociais, que propõem questionamentos e se posicionam favoráveis ou não a determinadas ações.”

“...fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e principalmente que promova a garantia de direitos...”

“...fortalecimento da relação instituição e Rede socioassistencial.”

A palavra “investimento” também aparece descrita em conjunto a diversas outras, revelando que tal elemento é visto como de suma importância para efetivação de serviços prestados de forma efetiva, que garanta continuidade de proteção social, principalmente durante tais tempos da crise pandêmica que assola o país. Destaca-se:

“É necessário investimentos em recursos humanos, recursos financeiros...”

“...investimento em processos de educação permanente dos trabalhadores do sistema SUAS de todas as esferas e de forma integrada (esferas: públicas, OSCIPs, Movimentos Sociais, socio jurídico entre outros)”

“investimento nos órgãos de participação e controle social (Conselhos)”

“investimentos em recursos financeiros”

“incentivo e investimento nas conferências de assistência social (municipais, estaduais e federal)”

A questão da “autonomia” de trabalho do assistente social foi vista como ponto chave nesta análise qualitativa, pois é item que aparece em respostas relacionadas às duas perguntas feitas pelo Projeto de Extensão “Cuidar de quem cuida”. Deste modo, este elemento foi respondido como item de necessária efetivação, tanto para que o profissional possa atuar de forma emancipatória junto do seu projeto ético-político, quanto para refletir sobre os fatores que desenvolvem maior continuidade aos serviços por eles prestados. É o que se visualiza nas narrativas a seguir:

“ autonomia para desenvolver seu trabalho.”

“sua autonomia para desenvolver seu trabalho com promotor de direitos”

“qualificação profissional, condições éticas e técnicas de trabalho, autonomia”

Por outro lado, e por fim desta análise qualitativa destaca-se uma narrativa que foi apresentada por apenas uma resposta, porém intensa quanto ao debate que propomos neste artigo. A menção da palavra “contratação” apareceu como diferencial perante a maioria dos elementos propostos, como vemos a seguir:

“...contratação de profissionais”

Entende-se aqui que tal elemento poderá ter sido associado em defesa da severa intensificação das contratações feitas à base de terceirizações de recursos humanos e materiais durante tais tempos, fator que rompe em definitivo com o caráter de continuidade dos serviços prestados à população. Contudo, haja vista a vasta ampliação das demandas impostas pela Covid-19 junto aos serviços, avalia-se que o uso de tal palavra poderá ter sido mencionada pelo (a) participante como possível solução de caráter emergencial a estes tempos de calamidades públicas.

De todo modo, questiona-se o quanto as precarizações intensificadas por tal período, impuseram processos de alienação e massificação desta importante classe trabalhadora que, poderá ter se perdido em suas reflexões, quando passa a defender propostas que vem em desencontro a sua própria condição de trabalho enquanto classe. Isto revela uma face terrivelmente observada nestes tempos em que o capital se torna “fetiche” e passa a se apropriar de uma forma útil da matéria natural pertencentes a corporeidade do trabalhador: “seus braços e pernas, cabeça e mãos”. A apropriação dos produtos da mão humana é denominada por Marx de fetichismo (MARX, p.255, 2017).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na análise dos dados apresentados pelo Projeto de Extensão

“Cuidar de quem cuida: acolhimento e formação de assistentes sociais da linha de frente da Covid-19” promovido pela Universidade Federal do Mato Grosso- UFMT no que concerne à intensificação da precarização do trabalho dos assistentes sociais, procurou-se mostrar os impasses que a classe trabalhadora tem se defrontado na atual conjuntura de intensas contradições do sistema capitalista e dados de uma realidade profissional que está à beira da barbárie.

Com um olhar detalhado de análise a partir das referências de importantes autores que debatem sobre o tema da precarização, pode-se verificar, o quanto este período afetou o cotidiano de trabalho desta classe que, além dos prejuízos impostos pelo Estado empregador anteriormente, veio sofrer fortes processos de devastação, com a descaracterização do trabalho, flexibilização de suas ações e ausência de recursos humanos e materiais. Desta forma, os profissionais são impelidos a agirem de forma pontual em imediatismos em decorrência do aumento exponencial das demandas.

O crescente achatamento de salários, o aumento do ritmo de trabalho, as precárias condições dos ambientes físicos somados à falta de autonomia para tomada de decisão, também foram fatores denunciadores de uma situação de debilidade sistematizada e, portanto, estruturalmente definida dos processos de trabalho de forma geral. Processos tais, que fatalmente, foram expostos pelos participantes ao responder sobre seus cotidianos de luta e de uma classe à qual buscava por acolhimento e formação no projeto de extensão denominado “Cuidar de quem cuida”.

Também se concluiu sobre as grandes dificuldades de se materializar, durante este período, o projeto ético político a qual se vincula tal profissão. Destaca-se aqui, a vivência de inúmeros fatores relatados pelos participantes de modo geral como: a interferência de políticas de cunho partidária, a imposição do uso de recursos de tecnologia e informação, a ausência de políticas públicas, de

mobilização social, capacitação profissional, de espaço físico, rede de serviços, autonomia, acesso à informação e articulação.

Cabe ressaltar na presente conclusão sobre a crescente violência institucional denominada assédio moral também desvelada e demasiadamente ampliada no período de atendimento na chamada linha de frente de enfrentamento à Covid-19. É fator explícito que tal situação ocorreu de forma culturalmente naturalizada, não somente nas relações vividas entre os próprios trabalhadores, mas destes em suas relações hierárquicas. Aqui, avalia-se sobre o peso do uso dos recursos das TICs para o controle, manipulação e recorrente exposição deste trabalhador que fatalmente adoece, sem meios de defesa e proteção em seus ambientes de trabalho.

Enfrentando serviços pontuais e descontínuos, ambientes hostis, levando parte de seu trabalho para serem realizados no domicílio e disponibilizando de seu salário para viabilizar melhores recursos em suas jornadas, o assistente social passa a sofrer inumeráveis mazelas de saúde nestes tempos desoladores. Presenciamos relatos de profissionais doentes, faltantes de seus postos, afastados ou desempregados.

Por fim, vale refletir que, apesar das intensas dificuldades sofridas pelos trabalhadores verificadas através dos dados coletados pelo projeto de extensão, algumas saídas são visualizadas por estes quando refletem sobre processos de trabalhos contínuos que garantam maior qualidade nos serviços prestados. Palavras como fortalecimento, concurso público, mobilização social, autonomia e estabilidade, revelaram discursos extremamente importantes para se enfrentar o desafiador cotidiano profissional gerado pelo contexto da pandemia nestes tempos de crise.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018, 325 p.

ANTUNES, R. Trabalho Digital, “indústria 4,0” e uberização do trabalho. In: **Futuro do Trabalho: os efeitos da revolução digital na sociedade**. Brasília: ESMPU, 2020, 472 p.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2018.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE. Desemprego. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em 15/06/2021.

HILLESHEIM, J. LARA, R. Crise, Estado e precarização do trabalho. In. BARROS, J.C. LIRA, I.C.D. SILVA, R.C.S. **QUESTÕES E TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS DO CAPITALISMO**: desdobramentos para as políticas sociais e o Serviço Social. São Carlos, SP, Diagrama Editorial, 2020, p. 44-66.

IAMAMOTO, M.V. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 4. ed, São Paulo: Cortez, 2010, p.414-432.

MARX, Karl. O processo de trabalho e o processo de valorização. In. **O capital: crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo; Boitempo, 2017, p. 255-275.

MATTOS, S.A.S. **Revolução digital e os desafios da comunicação**. Cruz das Almas/BA: Editora UFRB, 2013, 208 p.

QUEIROZ, M.G. **A incorporação das Tecnologias de Informação no âmbito do Serviço Social**. ETIC QUEIROZ, (Presidente Prudente), 2008, Vol. n.4. Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/1829>. Acesso em: 01/04/2021.

REBECHI, N. Claudia. **Entre o virtual e o real: reflexões sobre as TICs nas relações de trabalho**. Intexto, Porto Alegre, UFRGS, n.26, jul. 2012, p. 223-244.

SANT'ANA, Raquel Santos. SILVA, José Fernando Siqueira da. **O método na teoria social de Marx: E o Serviço Social?**. Temporalis, Brasília, n.25, jan./jun.2013, p.181-203.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico**. 20. ed., São Paulo: Cortez, 1996.

,

,